



Brisa Potiguar
Complexo Eólico

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.802.855/0001-15

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Boa Esperança, Estrada da Umburana, s/nº, Zona Rural,

São Miguel do Gostoso - RN

CEP 59585-000

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional	9
2 Base de Preparação	9
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	15
5 Clientes	16
6 Títulos e Valores Mobiliários	16
7 Imobilizado	16
8 Partes Relacionadas	17
9 Fornecedores	18
10 Debêntures	18
11 Outras contas a pagar	19
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
13 Patrimônio Líquido	20
14 Receita Operacional Líquida	21
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	22
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	23
19 Seguros.	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca I ou Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Nova Asa Branca I é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Miguel do Gostoso, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010. Possui 13,2 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço MWh ⁽²⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Asa Branca I	27,0	12,1	81,3	294,80	05.08.2015	25.04.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2023.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	131.864	148.153	(11,0)
Caixa e equivalentes de caixa	57.740	70.292	(17,9)
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.441	4.003	10,9
Dívida total	48.558	51.984	(6,6)
Dívida líquida ajustada	(13.623)	(22.311)	(38,9)
Receita operacional bruta	24.146	27.026	(10,7)
Deduções da receita	(3.599)	(3.788)	(5,0)
Receita operacional líquida	20.547	23.238	(11,6)
Custos e despesas operacionais	(13.803)	(12.515)	10,3
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	6.744	10.723	(37,1)
Ebitda ou Lajida (*)	11.995	15.974	(24,9)
Resultado financeiro	1.935	956	102,4
IRPJ/CSLL	(3.897)	(4.063)	(4,1)
Lucro operacional	8.679	11.679	(25,7)
Lucro Líquido do exercício	4.782	7.616	(37,2)
Patrimônio líquido	40.120	66.474	(39,6)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,7	2,7	(37,0)
Liquidez geral (índice)	0,7	1,0	(30,0)
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	58,4	68,7	(15,0)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	121,0	78,2	54,7
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	42,2	50,3	(16,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	23,3	32,8	(29,0)
Participação de capital de terceiros (%)	69,6	55,1	26,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	7,2	12,6	(42,9)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 22 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.740	70.292
Clientes	5	4.487	2.781
Outros créditos		8	548
Imposto de renda e contribuição social		1.261	1.574
Outros tributos a recuperar		36	36
Despesas antecipadas		360	178
		63.892	75.409
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	4.616	4.161
Outros tributos a recuperar		8	4
		4.624	4.165
Imobilizado	7	63.348	68.579
		67.972	72.744
TOTAL DO ATIVO		131.864	148.153
PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	111	111
Fornecedores	9	787	772
Imposto de renda e contribuição social		286	232
Outras obrigações fiscais		757	410
Debêntures	10	5.802	5.613
Dividendos a pagar	13.3	1.136	1.809
Outras contas a pagar	11	29.835	18.667
		38.714	27.614
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.196	620
Debêntures	10	42.756	46.371
Outras contas a pagar	11	8.078	7.074
		53.030	54.065
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	10.155	40.155
Reserva legal	13.2	1.989	1.750
Reserva de retenção de lucros	13.2	24.569	24.569
Dividendo adicional proposto	13.3	3.407	-
		40.120	66.474
TOTAL DO PASSIVO		131.864	148.153

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	20.547	23.238
Custos Operacionais	15	(13.204)	(12.172)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		7.343	11.066
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	15	(5)	(9)
Despesas gerais e administrativas	15	(492)	(242)
Outras despesas operacionais	15	(102)	(92)
		(599)	(343)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		6.744	10.723
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		8.416	8.653
Despesas financeiras		(6.481)	(7.697)
		1.935	956
LUCRO OPERACIONAL		8.679	11.679
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(2.321)	(3.481)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.576)	(582)
		(3.897)	(4.063)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.782	7.616
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$			
Ações ordinárias	13.4	0,19820	0,18967

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.782	7.616
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		4.782	7.616

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º.01.2022		40.155	1.369	19.143	-	-	60.667
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.616	7.616
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	381	-	-	(381)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(1.809)	(1.809)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	5.426	-	(5.426)	-
Saldo em 31.12.2022		40.155	1.750	24.569	-	-	66.474
Redução de Capital	13.1	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.782	4.782
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	239	-	-	(239)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(1.136)	(1.136)
Dividendo adicional proposto	13.3	-	-	-	3.407	(3.407)	-
Saldo em 31.12.2023		10.155	1.989	24.569	3.407	-	40.120

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.782	7.616
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		6.893	682
Imposto de renda e contribuição social	17	2.321	3.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.576	582
Depreciação	7	5.251	5.251
Perdas de créditos esperadas		5	9
		20.828	17.621
Redução (aumento) dos ativos			
Cientes		(1.711)	(211)
Outros créditos		540	400
Imposto de renda e contribuição social		313	(1.147)
Outros tributos a recuperar		(4)	(3)
Despesas antecipadas		(182)	(10)
		(1.044)	(971)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		-	(28)
Fornecedores		15	(73)
Outras obrigações fiscais		347	168
Outras contas a pagar		12.172	6.895
		12.534	6.962
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		32.318	23.612
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.267)	(3.946)
Encargos de debêntures pagos	10.2	(4.755)	(5.056)
Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas		-	8.997
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		25.296	23.607
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(455)	(408)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	44.160
Aquisições de imobilizado	7	(20)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(475)	43.752
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de debêntures	10.2	(5.564)	(5.333)
Redução de Capital Social	13.1	(30.000)	-
Dividendos pagos		(1.809)	(854)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(37.373)	(6.187)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.552)	61.172
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	70.292	9.120
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	57.740	70.292
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.552)	61.172

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca I ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Esperança - Estrada da Umburana, s/nº, São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Nova Asa Branca I, por meio da Portaria MME nº 267/2011.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE.

2.4 **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não *performance* com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	1.414	1.727
Aplicações financeiras de liquidez imediata	56.326	68.565
	57.740	70.292

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos regulados	3.043	1.388	4.431	2.699
CCEE	63	-	63	84
(-) Perdas de créditos esperadas	(7)	-	(7)	(2)
	3.099	1.388	4.487	2.781
	Circulante		4.487	2.781
	Não circulante		-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	de 98% a 100% do CDI (a)	4.441	4.003
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI (a)	175	158
		4.616	4.161
	Circulante	-	-
	Não circulante	4.616	4.161

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 13 meses a partir do final do período do relatório.

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e Equipamentos	103.517	(40.189)	63.328	103.517	(34.938)	68.579
	103.517	(40.189)	63.328	103.517	(34.938)	68.579
Em curso						
Custo	20	-	20	-	-	-
	20	-	20	-	-	-
Total	103.537	(40.189)	63.348	103.517	(34.938)	68.579

7.2 Muta  o do imobilizado

	Saldo em 1�.01.2022	Deprecia- ��o	Saldo em 31.12.2022	Adi��es	Deprecia- ��o	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e Equipamentos	73.830	(5.251)	68.579	-	(5.251)	63.328
	73.830	(5.251)	68.579	-	(5.251)	63.328
Em curso						
Custo	-	-	-	20	-	20
	-	-	-	20	-	20
Total	73.830	(5.251)	68.579	20	(5.251)	63.348

A taxa média de deprecia  o   de 5,07% a.a. (5,07% em 2022).

A Administra  o não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redu  o ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

8. Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da opera��o	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel GeT								
Dividendos	-	-	1.136	1.809	-	-	-	-
Mútuo (b)	-	-	-	-	-	6.079	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	83	82	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	19	-	-	(26)	(25)
Opera��o e Manuten��o	-	-	23	22	-	-	(268)	(245)
Entidade sob controle em comum								
F.D.A. Gera��o de Energia Elétrica S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(924)	(774)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	5	6	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Copel Distribui��o S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	23	23	-	-	-	-
Pessoal chave da administra��o (c)								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(29)	(31)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(7)	(6)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

- b) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. A quitação do referido mútuo se deu em 28.11.2022.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	627	598
Encargos de uso da rede elétrica	160	174
	787	772
Circulante	787	772
Não circulante	-	-

10. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
			inicial	final					
(1) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	-	8.211	4.603	5.089
(2) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	IPCA+10,92% a.a.	57.203	44.098	47.055
								48.701	52.144
							Dívida bruta	48.701	52.144
							(-) Custo de transação	(143)	(160)
							Dívida líquida	48.558	51.984
							Circulante	5.802	5.613
							Não circulante	42.756	46.371

Características

(1) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

(2) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

Encargos financeiros: juros mensais.

Destinação: implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

Garantias: real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão S.A.

Interveniente garantidora: Copel.

Agente fiduciário: não há.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	5.655	(17)	5.638
2026	5.655	(17)	5.638
2027	5.655	(17)	5.638
2028	5.655	(17)	5.638
2029	5.655	(17)	5.638
Após 2029	14.609	(43)	14.566
			42.756

10.2 Muta  o de debêntures

Saldo em 1�.01.2022	54.531
Encargos	5.046
Varia��es monetárias	2.796
Amortiza��o - principal	(5.333)
Pagamento - encargos	(5.056)
Saldo em 31.12.2022	51.984
Encargos	4.724
Varia��es monetárias	2.169
Amortiza��o - principal	(5.564)
Pagamento - encargos	(4.755)
Saldo em 31.12.2023	48.558

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato cont  m cláusulas que requerem a manuten  o de índices econ  mico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar o controlador direto ou indireto sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autoriza  o dos debenturistas, distribui  o de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar na necessidade de solicita  o de anuência aos debenturistas ou na declara  o de vencimento antecipado das d  vidas. O indicador financeiro    o   ndice de cobertura do serviço da d  vida – ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3.

Em 31.12.2023, o indicador acordado, medido anualmente, não foi integralmente atendido. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 29.12.2023, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 n   42/2023, o compromisso da institui  o bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse   ndice no exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de que o referido indicador seja cumprido em 2024.

11. Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de não performance de gera��o de energia (NE n�� 18.2.4)	33.823	21.235
Negocia��o de danos emergentes com fornecedores (a)	3.641	4.081
Outras contas a pagar	449	425
	37.913	25.741
Circulante	29.835	18.667
Não circulante	8.078	7.074

(a) Recebimento de Danos Emergentes, referentes    maiores custos de capta  o, devido ao não cumprimento do   ndice de nacionaliza  o dos equipamentos por parte do fornecedor. O valor recebido    apropriado ao resultado, mensalmente,    medida da apropria  o dos encargos das debêntures.

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2023, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 a Companhia possui R\$ 528 (R\$ 1.088 em 31.12.2022) referente a passivos contingentes de ações cíveis e possuía, em 31.12.2022, R\$ 4.287 de ações na área tributária decorrentes, principalmente, de processos referente à discussão sobre ISS – Imposto sobre serviços.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta R\$ 10.155 (R\$ 40.155, em 31.12.2022), composto por 10.154.718 (40.154.718 em 31.12.2022) ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A. Em 20.03.2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou, em consonância com o Estatuto Social, pela redução do capital social, em R\$ 30.000, por considerar superior ao necessário para o desenvolvimento do objeto social da Companhia. A redução proposta contou com a anuência prévia dos debenturistas, conforme estabelece o contrato. Após concedido o prazo para oposição dos credores, conforme prescreve o Art. 174 da Lei 6.404/76, o capital social foi efetivamente reduzido na data de 19.06.2023, mediante restituição à Controladora.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os dividendos.

13.3 Dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	4.782	7.616
Reserva legal (5%)	(239)	(381)
	4.543	7.235
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	1.136	1.809
Dividendo adicional proposto (*)	3.407	-
	4.543	1.809
Dividendos por ação	0,18829	0,04505

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutária, para contingências, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	4.782	7.616
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	24.127.320	40.154.718
Lucro líquido do período básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,19820	0,18967

14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	35.751	33.348
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	931	755
Outras receitas operacionais	52	1.090
Provisão para não performance de geração	(12.588)	(8.167)
Receita Operacional Bruta	24.146	27.026
(-) ICMS	(2.344)	(2.598)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.255)	(1.190)
Receita Operacional Líquida	20.547	23.238

15. Custos e Despesas Operacionais

Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda (931)	-	-	-	(931)	(783)
Encargos de uso da rede elétrica (1.910)	-	-	-	(1.910)	(1.769)
Pessoal e administradores -	-	(382)	-	(382)	(343)
Planos previdenciário e assistencial -	-	(45)	-	(45)	(36)
Material (18)	-	-	-	(18)	(12)
Serviços de terceiros (3.636)	-	-	-	(3.636)	(3.575)
Depreciação e amortização (5.251)	-	-	-	(5.251)	(5.251)
Perdas de créditos, provisões e reversões -	(5)	-	-	(5)	(9)
Taxa de fiscalização da Aneel -	-	-	(102)	(102)	(92)
Arrendamentos e aluguéis (361)	-	(8)	-	(369)	(358)
Outros custos e despesas operacionais (1.097)	-	(57)	-	(1.154)	(287)
(13.204)	(5)	(492)	(102)	(13.803)	(12.515)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Arrendamento de terrenos	420	1.827	6.158	8.405

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo (NE nº 8)	-	6.079
Renda de aplicações financeiras	8.287	2.358
Acréscimos moratórios sobre faturas	13	-
Juros sobre liquidações na CCEE	21	176
Outras receitas financeiras	95	40
	8.416	8.653
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	6.893	7.842
(-) Recuperação de despesas financeiras (a)	(419)	(396)
Outras despesas financeiras	7	251
	6.481	7.697
Líquido	1.935	956

(a) Apropriação ao resultado do valor recebido a título de Danos Emergentes, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures, conforme NE nº 11.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	33.407	33.407	30.750	30.750
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	931	931	755	755
Outras Receitas Operacionais	51	51	1.090	1.090
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.751	4.127	2.608	3.911
Receita Financeira	8.416	8.416	8.653	8.653
(-) Receita Financeira Provisionada	(4.636)	(4.636)	(1.711)	(1.711)
Outras Receitas	-	-	416	416
Base de cálculo Receita Financeira	3.780	3.780	7.358	7.358
(=) Base de cálculo	6.531	7.907	9.966	11.269
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.609	712	2.467	1.014
Receita Financeira Provisionada	4.636	4.636	1.711	1.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.158	418	427	155

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	57.740	57.740	70.292	70.292
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	4.616	4.616	4.161	4.161
			62.356	62.356	74.453	74.453
Custo amortizado						
Cientes (a)	5		4.487	4.487	2.781	2.781
			4.487	4.487	2.781	2.781
Total dos ativos financeiros			66.843	66.843	77.234	77.234
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		787	787	772	772
Debêntures (c)	10		48.701	48.701	52.144	52.144
			49.488	49.488	52.916	52.916
Total dos passivos financeiros			49.488	49.488	52.916	52.916

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	57.740	70.292
Títulos e valores mobiliários (a)	4.616	4.161
Clientes (b)	4.487	2.781
	66.843	77.234

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2023							
Debêntures	NE nº 10	989	1.706	7.594	38.042	29.499	77.830
Fornecedores	-	785	-	2	-	-	787
		1.774	1.706	7.596	38.042	29.499	78.617

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição

patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,00%, IPCA - 3,86% e TJLP - 6,43%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2024		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	4.616	415	312	208
		4.616	415	312	208
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	(4.603)	(296)	(370)	(444)
Debêntures	Alta IPCA	(44.098)	(1.702)	(2.128)	(2.553)
		(48.701)	(1.998)	(2.498)	(2.997)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 11. O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de *constrained-off*, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	48.558	51.984
(-) Caixa e equivalentes de caixa	57.740	70.292
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.441	4.003
Dívida líquida ajustada	(13.623)	(22.311)
Patrimônio líquido	40.120	66.474
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	(0,34)	(0,34)

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Operacionais	25.08.2024	154.301
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000
Garantia Judicial	08.11.2026	2.963
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2024	202

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 22 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

